

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Desafios Ascendentes

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DESAFIOS ASCENDENTES**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: desafios ascendentes /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
206 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-75-2
DOI 10.22533/at.ed.752181903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

Eixo 1 – Educação a Distância

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Raqueline Castro de Sousa Sampaio, José Lima de Albuquerque, Fernanda Pereira da Silva e Francisca das Chagas da Silva Alves 6

CAPÍTULO II

ANÁLISE DO FATOR GÊNERO NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL NO POLO DA UFERSA CÂMPUS MOSSORÓ

Carmem Tassiany Alves de Lima, Danielle Simone da Silva Casillo, Jhéssica Luara Alves de Lima, Leonardo Augusto Casillo e Remerson Russel Martins ..13

CAPÍTULO III

ENSINO A DISTÂNCIA: UM DESAFIO ENFRENTADO PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Tereza Cristina Nascimento Machado e Regina Célia Moreth Bragança23

Eixo 2 - Educação Profissional

CAPÍTULO IV

A AUSÊNCIA DE SENTIDO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O PÚBLICO ADOLESCENTE: UMA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFTO/CAMPUS PALMAS

Raquel Francisca da Silveira e Adriano Machado Oliveira35

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO IFF – CAMPUS MACAÉ, DA MODALIDADE PROEJA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Severino Joaquim Correia Neto, Marcos Antonio Cruz Moreira, Vitor Yoshihara Miano e Hilton de Sá Rodrigues 47

CAPÍTULO VI

O ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: EXPERIÊNCIAS PRELIMINARES NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR

Danilo Cortez Gomes.....62

Eixo 3 - Educação de Jovens e Adultos

CAPÍTULO VII

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPAÇO DA CONTEMPORANEIDADE

Maria da Conceição Nascimento Marques, Imaira Santa Rita Regis e Adelson

Silva da Costa	75
CAPÍTULO VIII	
ARQUEOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DISCURSOS E VISIBILIDADES	
Ana Cristina Guimarães da Costa Vinci.....	85
CAPÍTULO IX	
AUTOBIOGRAFIA ESCOLAR: FERRAMENTA PARA DIAGNOSTICAR O PERFIL DOS DISCENTES DO PROEJA	
Rosana de Oliveira Sá e Linduarte Pereira Rodrigues	94
CAPÍTULO X	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POSSIBILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO?	
Raimunda Aureniza Feitosa, Josilene Marcelino Ferreira.....	108
CAPÍTULO XI	
FATORES DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS MUNICÍPAIS DE SIGEFREDO PACHECO -PI	
Exedito Rodrigues de Lima	117
CAPÍTULO XII	
RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS	
Anael Batista Marinho Juvino de Oliveira, Eduardo da Silva Andrade, Franciclaudio de Meireles Silveira, Leonardo Cinésio Gomes, Ubiratan Barbosa da Silva e Vagner Santos da Silva	126
CAPÍTULO XIII	
TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS DA EJA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS FUTURAS	
Francineide de Sousa Bispo e João Antônio de Sousa Lira.....	135
Eixo 4 - Ensino Fundamental e Médio	
CAPÍTULO XIV	
A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR NO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DO USO DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA	
Ronaldo dos Santos Barbosa	144
CAPÍTULO XV	
EDUCAÇÃO E SAÚDE: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ISTs)	
Geam Felipe Lima Santos, Fatima dos Santos Silva, Eduardo Gomes da Silva Filho, Rodrigo Rafael Maia e Mário Luiz Farias Cavalcanti.....	158

CAPÍTULO XVI

MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NA RODA DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA EM CAMARAGIBE

Flávia Luíza de Lira e Luciene Maria das Neves Meireles de Vasconcelos..... 171

CAPÍTULO XVII

O ENSINO MÉDIO, A QUALIFICAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS: OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO GLOBALIZADO

Joseane Fátima de Almeida Araújo, Kacilândia Cezário Gomes Pedroza, Márcia Socorro Florêncio Vilar e Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima 183

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO IFF – CAMPUS MACAÉ, DA MODALIDADE PROEJA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

**Severino Joaquim Correia Neto
Marcos Antonio Cruz Moreira
Vitor Yoshihara Miano
Hilton de Sá Rodrigues**

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO IFF – CAMPUS MACAÉ, DA MODALIDADE PROEJA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Severino Joaquim Correia Neto

Instituto Federal Fluminense – IFF, Macaé – Rio de Janeiro

Marcos Antonio Cruz Moreira

Instituto Federal Fluminense – IFF, Rio das Ostras – Rio de Janeiro

Vitor Yoshihara Miano

Instituto Federal Fluminense – IFF, Cabo Frio – Rio de Janeiro

Hilton de Sá Rodrigues

Instituto Federal Fluminense, Saquarema – Rio de Janeiro

RESUMO: Esta investigação teve como objetivo analisar como ocorre a formação profissional dos estudantes da modalidade PROEJA - Programa Nacional de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - do curso integrado de Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, (IFF) *Campus* Macaé, quanto às contribuições sociais e educacionais, contextualizando a EJA, a educação profissional e sua formação no Brasil. Os métodos utilizados foram o analítico e o sintético, os sujeitos da pesquisa foram os estudantes. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados o questionário. Concluiu-se que a educação de jovens e adultos trabalhadores se caracteriza por ser um instrumento de associação teórico-prática, através de informações que possam intervir na realidade social e cultural, promover mudanças de atitudes cotidianas, levando a novas práticas na construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional. Política Social. PROEJA.

1. INTRODUÇÃO

O PROEJA é um Programa cujo foco está em alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pode ser oferecido tanto para aqueles que já concluíram o Ensino Fundamental, como para os que ainda não conseguiram a conclusão desta etapa de ensino, ou mesmo para aqueles que concluíram o ensino médio, que sonham e aspiram à entrada na Rede Federal na esperança da qualificação, e, nesse caso, esta oportunidade única surge o IFF – *Campus* Macaé com o curso Técnico Integrado de Eletrotécnica.

A educação profissional é entendida como fator de mobilidade social. Conquanto, o PROEJA é revelador de poucos debates e disputas internas, observando-se uma busca incansável de consenso em torno de questionamentos básicos para a educação de jovens e adultos, busca esta, frequentemente, permeada por situações contraditórias, tanto no âmbito interno como no externo. Entre tantos avanços e recuos ao longo do processo, tenciona-se aqui vislumbrar quais as possibilidades de organização de um sistema realmente eficaz voltado à

inclusão de jovens e adultos trabalhadores, e compreender como o IFF – *Campus Macaé* vem atendendo às demandas deste público, no tocante ao ensino técnico-tecnológico e à formação profissional através do curso técnico de eletrotécnica.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como objetivo principal analisar e problematizar o modelo adotado pelo Instituto Federal Fluminense- IFF desde o surgimento da primeira turma, ainda, no ano de 2011, no campus de Macaé, para o ingresso de jovens e adultos no curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade de jovens e adultos do PROEJA, buscando responder a questionamentos específicos da pesquisa, tais como: quais recursos de apoio teriam sido ofertados aos alunos, e quais critérios foram utilizados para a elaboração do material didático oferecido ao longo do curso, e ainda qual a relação que existe nos índices de evasão e desistência nas turmas investigadas.

O questionamento se faz premente, visto que a modalidade da educação de jovens e adultos do PROEJA iniciou-se no ano de 2006, com os cursos de Caldeiraria e Turismo, este último integrado ao ensino médio. Porém, em pouco tempo, mais especificamente em 2012, foram descontinuados, diminuindo a possibilidade do público em questão de optar por outros cursos, e não somente o curso técnico de eletrotécnica, objeto da pesquisa no contexto ensino-aprendizagem.

No entanto, não é tão simples o ingresso em cursos de formação profissional com a tão sonhada qualidade que o PROEJA se dispõe a ofertar. Diante da demanda existente, os processos de ingresso são muito concorridos e as vagas oferecidas parecem não atender a todos que as desejam. As instituições da rede federal que ofertam educação profissional têm o enorme desafio de atender à grande demanda de seus cursos, uma vez que o presente estudo pretendeu responder a seguinte questão: O processo ensino-aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores no curso técnico de Eletrotécnica integrado ao ensino médio do PROEJA, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF – *Campus Macaé*) tem assegurado o seu desenvolvimento profissional?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A arte de aprender acompanha o homem desde o início de sua jornada terrestre até seus últimos dias como ser vivente, e é explorando esta incrível capacidade que as pessoas buscam o conhecimento, aperfeiçoando, assim, cada aspecto que envolve a vida humana. Tal capacidade da qual o homem é dotado pode ser inata ou desenvolvida, pois “em qualquer disciplina – de tocar piano à engenharia elétrica -, há pessoas que nascem com um ‘dom’, mas todos podem ter proficiência através da prática” (SENGE, 2009, p. 37).

O que se vê, na verdade, é o acirramento competitivo de um mercado de trabalho mais exigente e a necessidade de que esses atores sociais do PROEJA estejam prontos para as novas exigências do mercado de trabalho, seja ele *onshore* ou *offshore*, sob a condição contrária do que projeta empregabilidade e condição social melhor, e o risco de permanecerem excluídos desse mercado tão promissor e

de ricas oportunidades:

O processo de ensino-aprendizagem passa por várias concepções: a primeira é a tradicional, onde os alunos são receptores de saberes que seus professores os transmitem. Nessa, o que mais importa é a quantidade de conteúdos que se trabalha, o professor tem o conhecimento acabado, sendo dono da verdade, onde as tarefas são padronizadas. (MESQUITA, 2011, p. 3).

O ganho ou consequência da pessoa buscar conhecer suas modalidades de aprendizagem está no fato de que isto traz melhores resultados em sua vida pessoal, acadêmica ou profissional, fazendo com que se sinta mais integrada no ambiente em que está inserida, vivendo “na e com diferença” e, conseqüentemente, mais comprometida consigo mesma e com o planeta do qual faz parte (PORTILHO, 2011, p. 78).

No nível social, pode-se considerar a aprendizagem como um dos polos do processo ensino-aprendizagem, cuja síntese constitui o processo educativo. Tal processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola), ou secundariamente (família), promovem a educação.

Na concepção Vygotskyana, o pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala:

Uma vez admitido o caráter histórico do pensamento verbal, deve-se considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana. (VYGOTSKY, 1993 p. 44).

Segundo a concepção de Vygoysky (1991), quando a aprendizagem está em função não apenas da comunicação, mas também do nível de desenvolvimento alcançado, adquire, dessa feita, relevo especial – além da análise do processo de comunicação – análise do modo como o sujeito constrói os conceitos comunicados e, portanto, a análise qualitativa das “estratégias”, dos erros, do processo de generalização. Trata-se de compreender como funcionam esses mecanismos mentais que permitem a construção dos conceitos e que se modificam em função do desenvolvimento (VYGOSTSKY, 1991, p. 2).

Pode-se afirmar que a aprendizagem acontece por um processo cognitivo imbuído de afetividade, relação e motivação. Assim, para aprender é imprescindível “poder” fazê-lo, o que faz referência às capacidades, aos conhecimentos, às estratégias e às destrezas necessárias. Para isso, é necessário “querer” fazê-lo, ter a disposição, a intenção e a motivação suficientes. Para ter bons resultados acadêmicos, os sujeitos do PROEJA necessitam de colocar tanto voluntariedade como habilidade, o que conduz à necessidade de integrar tanto os aspectos cognitivos como os motivacionais. A motivação é um processo que se dá no interior

do sujeito, estando, entretanto, intimamente ligado às relações de troca que o mesmo estabelece com o meio, principalmente, seus professores e colegas (LIMA, 2008). Nas situações escolares, o interesse é indispensável para que o estudante tenha motivos de ação no sentido de apropriar-se do conhecimento.

A autora Bock (1999, p. 120) destaca que a motivação continua sendo um complexo tema para a Psicologia e, particularmente, para as teorias de aprendizagem e ensino. A motivação é um fator que deve ser equacionado no contexto da educação, ciência e tecnologia, tendo grande importância na análise do processo educativo. A motivação apresenta-se como o aspecto dinâmico da ação: é o que leva o sujeito a agir, ou seja, o que o leva a iniciar uma ação, a orientá-la em função de certos objetivos, a decidir a sua prossecução e o seu termo.

Desenvolver nos estudantes do PROEJA uma atitude de investigação, uma atitude que os transportem para um desejo mais duradouro de saber, de querer saber sempre, desejar saber deve passar a ser um estilo de vida, são atitudes que podem ser desenvolvidas com atividades muito simples, que começam pelo incentivo à observação da realidade próxima ao estudante – sua vida cotidiana –, os objetos que fazem parte de seu mundo físico e social. Essas observações sistematizadas geram dúvidas (por que as coisas são como são?), e aí é preciso investigar, descobrir. Falar sempre numa linguagem acessível, de fácil compreensão.

Os exercícios e tarefas deverão ter um grau adequado de complexidade. Tarefas muito difíceis, geradoras de fracasso e de tarefas fáceis, que não desafiam, levam à perda do interesse. O estudante perde o estímulo e interesse em aprender.

A história da educação profissional no Brasil possui várias experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a consequente revogação do referido Alvará, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes, vindos de Portugal, de acordo com (GARCIA, 2000).

O aspecto histórico da educação profissional no Brasil tem suas origens no século XIX, em um contexto educacional marcadamente elitista. Desenvolveu-se a educação superior, atendendo às camadas mais privilegiadas da sociedade. A esta, encontrava-se associada a educação secundária, com caráter preparatório para o nível superior, concentrada na capital do país. O ensino primário, sob a responsabilidade das províncias, praticamente inexistia como segmento organizado de educação formal. A educação profissional, modestamente oferecida, tinha como alvo os filhos das camadas menos favorecidas da população. Sua oferta se realizava nas escolas de artífices e nos liceus de artes e ofícios. Já no início do século passado, são criadas pelo Governo Federal, em dezoito capitais de estados, escolas de aprendizes artífices.

As escolas profissionalizantes nasceram como obra de benemerência, a fim de proporcionar aos jovens das camadas sociais menos favorecidas, uma educação adequada à sua situação social, visando ao ingresso precoce na atividade produtiva. Essa circunstância conferiu ao ensino profissional certo grau de marginalidade. Estabelecia-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior), e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, frequentemente associado ao esforço manual e físico, acabou-se agregando ainda, a ideia de sofrimento. No Brasil, a escravidão que perdurou por mais de três séculos, reforçou esta distinção, deixando marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social de quem executava este tipo de trabalho, ou seja, manual.

O PROEJA busca a relação teoria-prática para o mercado de trabalho, entendendo a educação profissional como fator de mobilidade social. Consolida-se através de uma proposta educacional que atenda aos fundamentos da política de inclusão social e emancipatória pelo sistema educacional:

Os estudantes ingressam no curso técnico integrado de eletrotécnica, carregados de experiências, com bagagem social e cultural bastante diversa e rica. Eles são portadores de histórias de relação com a educação, com o conhecimento. Possuem visões de mundo e projetos de vida cuja constituição é produto de suas vivências sociais, pessoais e educacionais.

Assim, esses estudantes são desafiados a resistir em meio a uma escola que tem preceitos de ação calcados na “pedagogia bancária”. onde “caracteriza-se pela narração dos conteúdos a ouvintes passivos, estudantes que são depositários de conhecimento” (FREIRE, 2002; 1987); na reprodução dos conteúdos de forma estanque, estandardizada e mecanizada na pura transmissão e reprodução de informações, muitas vezes, descontextualizadas, destituídas de significado para os estudantes; na avaliação classificatória e certificativa (pautada na lógica quantitativa); no currículo fragmentado, no qual as disciplinas e os espaços-tempo da escola são organizados para dificultar o diálogo entre os campos do conhecimento, as reflexões coletivas e os projetos interdisciplinares.

Nessa configuração da relação ensino aprendizagem, a avaliação é geralmente transformada em um instrumento de poder do avaliador sobre o avaliado, não se constituindo em diagnóstico tomado como base para a busca de respostas pedagógicas que garantam o direito à aprendizagem (AZEVEDO; REIS, 2013, p. 28).

O Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), enquanto modalidade de Educação Popular apresenta uma trajetória de desafios, gigantescos principalmente por ser uma alternativa para minimizar ou eliminar o problema da exclusão social e desenvolvimento profissional.

Porém, esse modelo de educação, por muito tempo, não se apresentou como prioridade educacional, sendo entendida e tratada apenas como política pública compensatória direcionada a suprir uma lacuna de sujeitos que perderam ou tiveram a oportunidade de escolaridade em idade adequada.

Com o advento da Lei n. 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, no artigo 37) surge, pela primeira vez, a preocupação em assegurar o acesso e a continuidade da formação escolar e profissional a uma grande parcela da sociedade que não teve a oportunidade em idade própria. A partir do Parecer CEB 11/2000, o Conselho Nacional de Educação regulamentou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos”, e com a aprovação desse parecer, a EJA não possui mais apenas a função de suprir ou compensar a escolaridade perdida, mas também a função reparadora, que promove a cidadania por meio da reparação do direito negado à educação, a função equalizadora, que garante o acesso aos bens sociais e à permanência na escola de maneira equitativa, considerando cada sujeito com suas necessidades específicas, e, por último, a função qualificadora, ao efetivar uma educação permanente que corresponde às necessidades de atualização e aprendizagem contínuas.

A valorização da EJA tem importância devido a contribuir para a promoção da igualdade entre os homens e mulheres, pela formação e desenvolvimento para o trabalho e pelo apoio a preservação do meio ambiente e da saúde, devendo seguir novas orientações didático-metodológicas para enfrentar o processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas do século XX; um dos fatores que deve ser levado em conta é o rápido desenvolvimento das sociedades, pois exige de seus membros capacidades para descobrir e potencializar os conhecimentos e aprendizagens de forma global, permanente e contínua. Assim, ficou definido da seguinte forma o conceito de educação dirigida aos adultos:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais, ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teóricas e baseadas na prática. (Artigo 3º da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, versão portuguesa).

O atual momento histórico é marcado por uma aceleração dramática no processo das transformações tecnológicas. Essa aceleração é excitante, mas também inconsequente porque parece aumentar as desigualdades entre os grupos sociais em diferentes sociedades, multiplicando crises sociais, cada vez mais violentas, e ameaçando o equilíbrio ambiental. Neste sentido, a educação passa a ser um dos fatores estratégicos para a formação dos cidadãos capazes de reconstruir as relações pessoais e sociais segundo a orientação de quatro pilares que devem sustentar a educação no século XXI, de acordo com o Relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 2006), que são: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver.

No Brasil, a EJA tem se constituído, nos últimos anos, como um campo estratégico para fazer frente à exclusão e desigualdade social e, se observarmos a Lei 9.394, de 1996, o Parecer CEB 11/2000 e acompanharmos a conclusão a que chegou a Conferência de Hamburgo, bem como a orientação do relatório da UNESCO sobre educação para o século XXI, percebe-se que essa modalidade tem pretensões de assumir contornos que transbordam os limites do processo de escolarização formal ao abarcar aprendizagens realizadas em diversos âmbitos.

Nesse sentido, até que ponto esse ideal educacional tem atingido algumas dessas metas no IF – *Campus Macaé*, onde se conta com uma única oferta de curso técnico de eletrotécnica na modalidade PROEJA. Portanto, esse trabalho não pode e nem deve se esgotar apenas na oferta de vagas e garantia de acesso e continuidade nos estudos, como prevê a Lei 9.394, já que o fundamental é proporcionar essa modalidade de ensino comprometido com a qualidade, ministrado por educadores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e de estarem atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar com a participação de toda a sociedade, comunidade, servidores e estudantes.

Dentro de um arcabouço legislativo, foi criado o Decreto nº. 5. 478, de 24 de junho de 2005, o Programa de Integração de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos e no ano seguinte o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atendimento as demandas concretas e, conseqüentemente, as dificuldades referentes à universalização da Escola Básica foi criado o Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. Nesse sentido, de acordo com Gentili (2002):

O desenfreado avanço da tecnologia e a consolidação do modelo capitalista de economia em âmbito mundial acabaram por criar um aumento significativo da produção industrial com uma redução igualmente significativa dos números de postos de trabalho. Tudo isso veio influenciar diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive nas questões que dizem respeito à sua qualificação e educação profissional. (GENTILI, 2002, p. 36).

Destarte, há uma possibilidade, uma formação integral, capaz de articular a formação geral à educação técnica, unindo em um só currículo o Ensino Médio e o Ensino Técnico Profissional, conforme o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, que cria o PROEJA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA) abrangerá os seguintes cursos e programas: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2005).

Na afirmação de Frigotto et al. (2005), o Decreto nº 5.478/2005, através de seus artigos 3º e 4º, legitima a união da formação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e deve ser ofertada como formação inicial e continuada ou como habilitação técnica.

Em 13 de julho de 2006, é promulgado o Decreto 5.840/2006, a regulamentação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em conformidade e compatibilidade com a Lei nº 9394 de 1996, e que oferece as diretrizes legais da Educação Nacional:

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio. § 2º Os cursos e programas do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, e II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, § 3º O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S"), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo. § 4º Os cursos e programas do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais. (BRASIL, 2006).

Com a promulgação da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, alteram-se os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, p. 1):

§1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de nível médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação a Educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional técnica.

As escolas, os Instituto Federais, CEFETs, e seus professores, servidores e gestores fazem parte desse corpo de agentes públicos com tais responsabilidades:

Transferir o umbral da educação como privilégio para um status de direito na organização social, política e jurídica no Brasil foi fruto de uma longa

trajetória estreitamente vinculada à democratização do País e à luta pela construção da cidadania, profundamente dilapidada pelos constantes períodos autoritários pelos quais o Brasil passou ao longo de sua história. (NASCIMENTO, 2013, p. 15).

Assentadas em paradigmas que ressignificam experiências escolares e, a partir delas, essas práticas recolocam a escola como um espaço instigante e de reestruturação do ensino médio técnico seja ele integrado, subsequente e a modalidade PROEJA em competências genéricas e flexíveis, preparando os indivíduos para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho, separava a Educação Profissional Técnica do Ensino Médio, e a aprovação do decreto nº 5154/2004, que resgatou a possibilidade da indissociabilidade do Ensino Médio e da Educação Profissional, ou seja, o Ensino Médio integrado. Foi reintroduzida a articulação entre conhecimento, cultura, trabalho e tecnologia, com o sentido de formar o ser humano na sua integralidade, buscando a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica.

É necessário prover meios capazes de proporcionar aos estudantes condições de permanência, aprendizagem e conclusão, conduzindo assim ao aumento do nível de escolarização da população. Nesta direção, apontam os objetivos do Plano Nacional de Educação, quando destacam a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar; a democratização da gestão do ensino público; e o aumento da escolaridade da população como desafios da educação nacional.

3. METODOLOGIA

O lócus do estudo foi o município de Macaé e suas características serviram de pano de fundo para o desenvolvimento da pesquisa, situando-o dentro do contexto educacional e social.

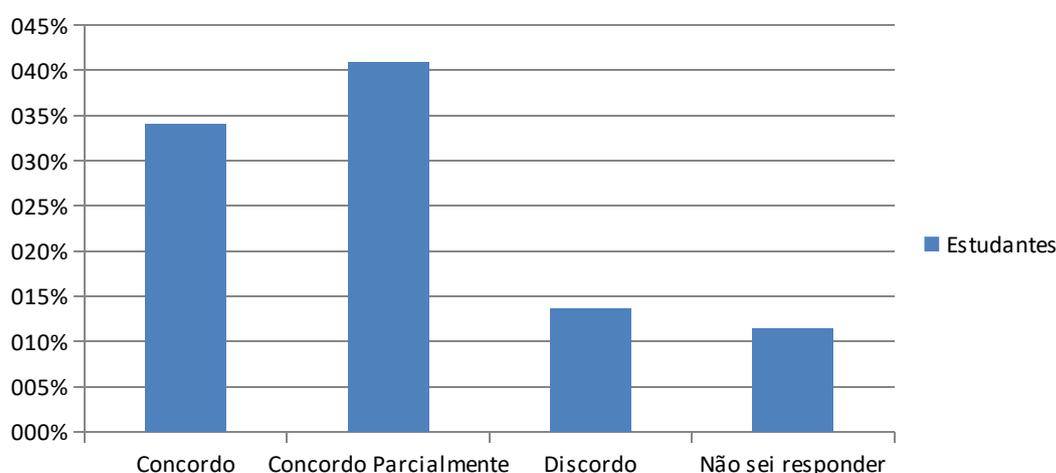
Foi realizado um estudo de campo com enfoque quantitativo no Instituto Federal Fluminense, *Campus* Macaé, modalidade Proeja, no curso técnico de Eletrotécnica, sendo adotado o método analítico e sintético, caracterizado pela construção lógica, a fim de se chegar a uma conclusão que está implícita nas premissas. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apresenta-se como instrumentação para construir conhecimento científico, e foi realizado por meio de questionários com alunos do IFF do curso técnico de eletrotécnica modalidade PROEJA.

O público alvo selecionado para o estudo foi composto por quarenta e quatro estudantes que responderam o questionário. A pesquisa bibliográfica se apoiou nas publicações impressas e eletrônicas, tais como livros, requisitos legais, legislação, decretos e trabalhos acadêmicos que abordam a temática do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público alvo selecionado para o estudo foi composto por quarenta e quatro estudantes que responderam o questionário direcionado para a obtenção de resultados que ajudaram a alcançar os objetivos propostos previamente. O resultado demonstra o quantitativo de alunos do curso técnico integrado de eletrotécnica referente ao período pesquisado: os meses de janeiro a maio de 2015. A divisão foi realizada por turmas e sua entrada no IFF - *Campus Macaé* nos anos de 2012, 2013, 2015, sendo: Turma 1322, correspondente ao 1º primeiro ano - turma 2322, correspondente ao 2º ano e turma 3322, correspondente ao 3º.

Gráfico 1 - Percepção do público alvo sobre a adequação e estímulo a aprendizagem do material didático utilizado pelos docentes



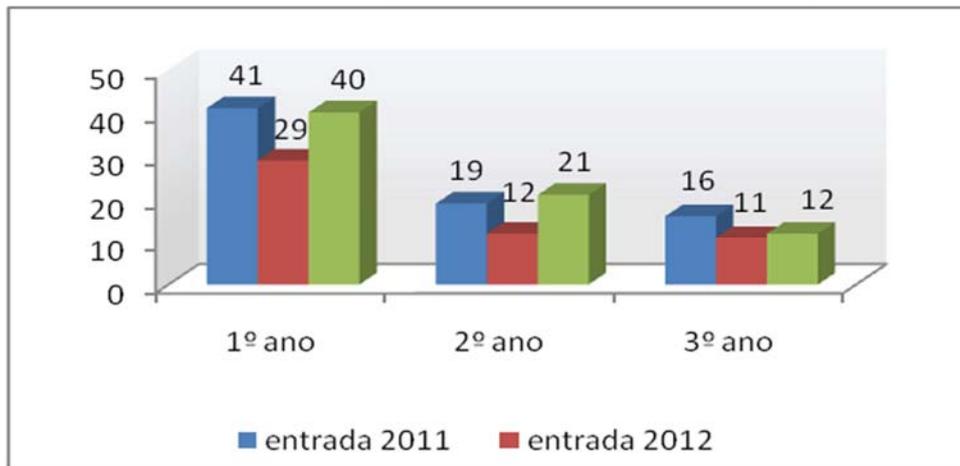
Fonte: Do autor (2015).

Foi perguntado aos estudantes sobre a adequação e estímulo apresentados pelo material didático utilizado. De acordo com a avaliação dos estudantes, entende-se que 40,9% dos estudantes, que representa a maioria dos pesquisados, concorda em partes que o material didático é adequado e estimulante, enquanto que 34,1% concordam com esta adequação e estímulo por parte do material didático. Há evidências de que a administração mais próxima do curso está a cargo de um número significativo de profissionais com pouca ou quase nenhuma familiaridade com tema, para a elaboração ou escolha do material didático oferecido. Isto é confirmado pelo elevado índice de desconhecimento quanto aos padrões e procedimentos de revisão.

De forma contraditória, o fenômeno sugere que o material didático parece ter sido elaborado em outro contexto ou abarcado conteúdos de outros cursos e aproveitados com o sucesso nos cursos integrados e subsequentes.

Quanto à permanência, desistência e evasão no curso técnico integrado de eletrotécnica, os resultados chamaram atenção e, de certa forma, preocupação, uma vez que as turmas do primeiro ano se iniciam com cerca de quarenta estudantes, finalizando com 5 a 9 alunos, exceção feita em relação à primeira turma do ano 2011 que começou com 41 estudantes, sendo que 13 concluíram o curso.

Gráfico 2 - Entrada e permanência dos estudantes do Proeja

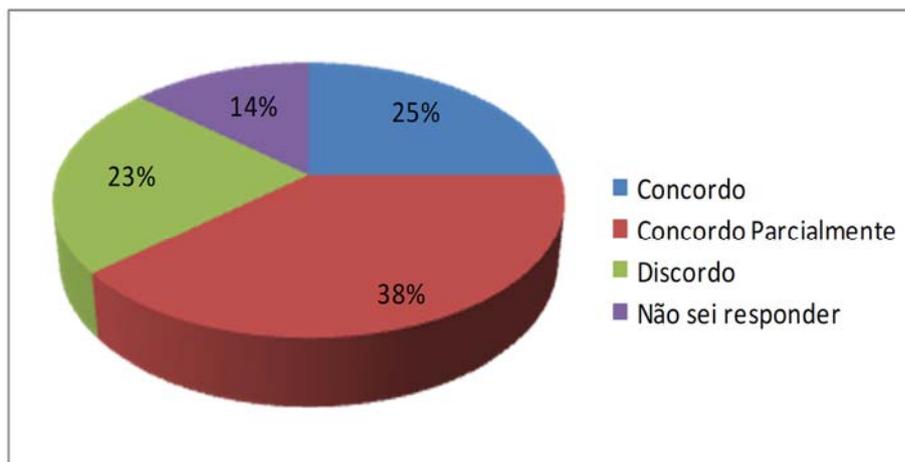


Fonte: Do autor (2015).

Haddad e Di Pierro traz à baila um relato interessante sobre a questão de jovens e adultos trabalhadores:

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido restrito. Primeiramente, porque aborda os processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (...) Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes aonde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento. (HADDAD; DI PIERRO, 2001 p. 55).

Gráfico 3 - Percepção dos estudantes do Proeja sobre a existência de apoio aos mesmos, tais como: monitoria, orientação docente, aconselhamento pedagógico



Fonte: Do autor (2015).

No gráfico acima, 38% dos estudantes reconhecem parcialmente a existência de respaldo suficiente por parte da direção quanto ao Proeja em relação a monitoria, orientação docente, aconselhamento pedagógico. Por outro lado, a maioria reconhece haver, por parte da direção, suporte para lidar com conflitos e situações não previstas. Contudo, sugerem a existência da responsabilidade da direção em estar sempre presente para "apagar incêndios", resolver situações imprevistas, sintomas de uma administração centralizada, e também da responsabilidade legal de dar suporte aos estudantes. No entanto 23% dos pesquisados discordam que exista esse suporte.

5. CONCLUSÃO

Para a conclusão deste estudo, é importante destacar que os objetivos dos alunos do PROEJA, quando se matriculam no curso, são a formação e a qualificação profissional para exercer uma profissão de imediato e sua possibilidade de melhora no seu trabalho ou uma possível colocação no mercado de trabalho.

Este estudo foi voltado a investigar a satisfação dos alunos quanto ao processo ensino-aprendizagem no direcionamento educacional e social. Assim, verificou-se que os estudantes não participaram da construção do projeto político do curso. De acordo com os mesmos, o material didático utilizado atende parcialmente as demandas do curso, podendo ser melhor estruturado pelos docentes, de forma que atendesse as propostas do curso. Dessa forma, a comunidade interna e externa não teve tempo de amadurecer o objetivo do referido programa, o que corroborou para gerar certo grau de insatisfação no público atendido. Não houve informações suficientes sobre a oferta do curso na instituição, sendo simplesmente aproveitado o modelo do curso integrado eletrotécnica de forma a atender a legislação, embora não seja mais ofertado no médio integrado e subsequente, o que justificaria a possível adaptação dos materiais didáticos.

A permanência dos alunos ao longo do curso trouxe certa preocupação, pois o índice de evasão e desistência foi bastante acentuado. Parte disso pode ser devido ao apoio dispensado aos alunos, como a disponibilidade de monitoria, orientação docente, aconselhamento pedagógico, entre outros recursos importantes para o melhor desenvolvimento dos alunos, bem como o incentivo e estímulo para concluir os cursos iniciados, obtendo êxito em sua formação e qualificação profissional. Com um aumento destes recursos, e uma melhor adaptação e escolha do material didático ofertado durante o curso, existe uma grande chance de reverter esse alto índice de evasão e desistência, contribuindo para a formação de um número maior de alunos que buscam a qualificação profissional através dos cursos oferecidos pela instituição.

Durante algumas entrevistas informais, ficou claro que os estudantes desejam outro tipo de qualificação que poderia ser ofertada pelo IFF - *Campus* Macaé quais sejam: Logística, enfermagem, segurança do trabalho. Essas mudanças, entretanto, devem partir da valorização das opiniões de estudantes atendidos pelo programa e dos docentes que participam efetivamente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio (Org.). **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. v. 1.

BOCK, Ana M. Bahia (Org.). **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. SP: Britânica do Brasil, 1998.

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: MEC: UNESCO, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: GARCIA, Sandra Regina de oliveira. **Trabalho e crítica**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio-ago. 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. [Site institucional]. Campos dos Goytacazes, RJ: IFF [2015]. Disponível em: <<http://www.iff.edu.br>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PORTILHO, Evelise. **Como se aprende?** estratégias, estilo e metacognição. 2. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2011.

SENGE, Peter. **Escolas que aprendem**: um guia da quinta disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S.l.: s.n., 20-]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Sobre os autores:

Adelson Silva da Costa: Professor de Filosofia do Colégio da Polícia Militar da Bahia; Graduação em Filosofia – Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestre do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia aplicadas à educação, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC - UNEB. E-mail: adelsongeotec@hotmail.com

Adriano Machado Oliveira: Professor Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins junto ao Curso de Psicologia e Professor do Curso de Psicologia do Ceulp/ULBRA; Graduação em Psicologia (2005) pela Universidade Federal de Santa Maria-RS; Mestre (2008) e Doutor em Educação (2012) pelo Programa de pós-graduação em Educação da UFSM. E-mail: adriano.oliveira@mail.uft.edu.br

Ana Cristina Guimarães Vinci: Licenciada em Pedagogia; Mestre em Educação (Universidad del Salvador); Integrante do grupo de pesquisa Transacciones Paradigmáticas para la educación e do grupo Filosofías da diferença, Tecnocultura e Educação (UFC)

Anael Batista Marinho Juvino de Oliveira: Graduando em Licenciatura em Ciência da Computação – (LCC) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura e Ciência da Computação – (PIBID/LCC); vinculado ao e-mail: anael.batista@dcx.ufpb.br

Carmem Tassiany Alves de Lima: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da UFERSA. Assistente Social da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA e do Instituto MetrÓpole Digital – IMD Polo MossorÓ. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Tocantins (2012). Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdade Internacional do Delta (2013). Atualmente coordenadora da moradia estudantil da UFERSA e tutora do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista/NEaD UFERSA.

Danielle Simone da Silva Casillo: Possui graduação em Engenharia de Computação pela Universidade Potiguar (2001), mestrado (2004) e doutorado (2009) na área de Automação e Controle em Engenharia Elétrica e de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora Adjunto IV do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA e coordenadora o Programa de Extensão Universitária Semiárido Digital.

Danilo Cortez Gomes: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Currais Novos; Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado em Administração pela Universidade Potiguar; Doutorando em Ciências Sociais pela

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail para contato: danilo.cortez@ifrn.edu.br

Eduardo da Silva Andrade: graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: edusilva3108@gmail.com

Eduardo Gomes da Silva Filho: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. E-mail: eg990099@gmail.com

Exedito Rodrigues de Lima: Possui Graduação em Teologia pela Faculdade Evangélica do Piauí (2004), Graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI (2004), Graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Programus-ISEPRO (2013), Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana-UA (2014) e Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental-UTIC em Assunção-Paraguay. Atua como Coordenador Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Sigefredo Pacheco-Pi e como Professor no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação

Fátima dos Santos Silva: Graduação em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Mestranda em Biodiversidade – pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Grupo de Pesquisa: Ecologia de Ecossistemas. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES/CNPQ E-mail: fa_2004@msn.com/ bio.fattima@gmail.com

Fernanda Pereira da Silva: Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Graduação em licenciatura plena em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: fernandasilpe@gmail.com

Flávia Luíza de Lira: Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; Especialista em Educação Infantil pela FAFIRE – Pernambuco. Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC) pela Universidade Federal de Pernambuco; (cursando); Grupo de pesquisa: GRUPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Infantil); E-mail para contato: flavialuizalira@hotmail.com

Franciclaudio de Meireles Silveira: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: franciclaudiocall-14@hotmail.com

Francineide de Sousa Bispo: Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-PI. Especialista em Educação Infantil com ênfase em Educação Especial. Tem interesse pelos seguintes temas: educação de jovens e adultos, educação infantil e educação especial.

Francisca das Chagas da Silva Alves: Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Faculdade Santo Gostinho do Piauí – FSA. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho de Teresina, Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela UNINTER. Email: Francisca_alves03@hotmail.com

Geam Felipe Lima Santos: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. E-mail: geam_felipe@outlook.com

Hilton de Sá Rodrigues: Graduação em Engenharia Eletrônica Pelo Centro Universitário Celso Lisboa (1991), Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2005), Licenciatura Plena em Técnicas Industriais pela Faculdade Béthencourt da Silva (1993), Doutorado pela Universidade Del Museo Argentino – UMSA (2016). Pós Graduação em Docência do Ensino superior pela Faculdade Béthencourt da Silva, Especialista em Administração Pública pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente é professor do Instituto Federal Fluminense – Campus Macaé lecionando nos cursos de engenharia de controle de automação e elétrica, cursos técnicos integrados nas áreas de automação, eletrônica e eletromecânica. Trabalhou por 12 anos no Ministério da Aeronáutica, desenvolvendo atividades ligadas ao campo da Elétrica, Eletrônica e das Telecomunicações nas atividades profissionais correlatas a Engenharia.

Imaira Santa Rita Regis: Professora de Geografia da Rede Estadual da Bahia; Graduação em Licenciatura em Geografia - Universidade Católica do Salvador – UCSAL; Mestrado em Geografia - Universidade Federal da Bahia – UFBA; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC - UNEB. E-mail: imairaregisrgs@gmail.com

Jhéssica Luara Alves de Lima: Doutoranda em Direito Constitucional na Universidade de Brasília - UNB. Professora de Direito. Pesquisadora. Advogada. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFERSA (2015). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2012). Graduada em Direito pela UERN (2010).

João Antônio de Sousa Lira: Graduado em Licenciatura em Pedagogia Pela Universidade Federal do Piauí *Campus Amílcar Ferreira Sobral*, Floriano-PI. Especialista em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes, e em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestrando em Educação Pela Universidade Federal do Maranhão na linha de pesquisa em História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana, no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras no Maranhão. Professor de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação no município de Nova Iorque - MA. Atualmente professor substituto na Universidade Federal do Piauí.

José Lima de Albuquerque: Professor Titular da Área de Administração Aplicada do Departamento de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1985), especialização em engenharia econômica pela Universidade Católica de Pernambuco (1989), especialização em capacitação pedagógica do docente universitário pela UFRPE (1989), mestrado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1992), área de concentração em manejo florestal e Doutorado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (2002), na área de concentração em economia e política florestal. Atua principalmente nos seguintes temas: Gestão ambiental, políticas públicas, Gestão da educação, Responsabilidade sócio - ambiental, inclusão social. Exerceu a Direção do Departamento de Letras e Ciências Humanas (UFRPE) e do Departamento de Administração (UFRPE). Organizador de Livro em Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, Editora Atlas. Atuou como coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, do curso de pós-graduação em gestão e Política Ambiental (especialização) e do Bacharelado em Administração Pública na modalidade de educação a distância - Unidade acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia -Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR - UFRPE e atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - Mestrado - UFRPE. Ainda integra o corpo docente do Mestrado profissional em Administração Pública, da Rede PROFIAP - UFRPE. Email: limalb44@yahoo.com.br

Joseane Fátima de Almeida Araújo: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Graduada em História. Professora de História da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e da Rede Municipal de Olinda. Atualmente exercendo a função de Gestora Escolar na Rede Estadual de Pernambuco. E-mail: joseanefalmeida@gmail.com.

Josilene Marcelino Ferreira: Professora concursada da Rede Municipal do Municipal de Santana do Cariri- CE (Polivalente 1º ao 5º). Professora Temporária da Universidade Regional do Cariri- URCA- Unidade (UDMV). Pós- Graduada em Gestão Escolar pela Universidade Regional do Cariri- URCA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Participante de grupos de estudos

relacionados a História da Educação e Educação e Políticas Públicas. Área o conhecimento; História da Educação, Gestão Escolar e Avaliação Educacional. E-mail para contato: josymf.mf@gmail.com

Kacilândia Cezário Gomes Pedroza: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Pedagoga (UPE). Professora Universitária - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e Faculdade Europeia de Administração e Marketing-FEPAM. E-mail: kacilandia@hotmail.com.

Leonardo Augusto Casillo: Possui graduação em Engenharia da Computação pela Universidade Potiguar (2002), mestrado em Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) e doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação pela mesma instituição (2013). Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido desde 2009 na área de Ciência da Computação, é atualmente coordenador do curso de Ciência da Computação no Departamento de Ciências Exatas e Naturais.

Leonardo Cinésio Gomes: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: leocinesio@gmail.com

Linduarte Pereira Rodrigues: Professor Titular do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus I*. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus I*. Graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Luciene Maria das Neves Meireles de Vasconcelos: Pedagogia pela AUDF – Associação Unificada do Distrito Federal; Especialista em Educação Infantil pela UFPE – Pernambuco. Grupo de pesquisa: GRUPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Infantil). E-mail para contato: lucienemnevesv@gmail.com

Márcia Socorro Florêncio Vilar: Graduada em Letras e em Pedagogia pela UNICAP; Mestra em Ciências da Educação pela ULHT-Lisboa-Portugal e Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em ciências da Educação-UNR-Argentina. Professora do Atendimento Educacional Especializado-PCR e Coordenadora Pedagógica na PMO. E-mail: marciafvilar@yahoo.com.br.

Marcos Antonio Cruz Moreira: Graduação em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professor Titular do Instituto Federal Fluminense (IFF). Atua nos curso de Engenharia de Controle e Automação e no Mestrado em Engenharia Ambiental do IFF. Desenvolve projetos nas

linhas de pesquisa de Energias Renováveis, protótipos inovadores para Engenharia Ambiental, Elementos Finitos e Estatística Aplicada. Atualmente é Diretor Geral do Campus – Macaé

Maria da Conceição Nascimento Marques: -Professora de Sociologia da Rede Estadual da Bahia e de História da Rede Municipal de Salvador; Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia aplicadas à educação, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC- UNEB. E-mail: marquesconceicao65@gmail.com.

Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Pedagoga (UPE). Professora Universitária - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e Faculdade Europeia de Administração e Marketing-FEPAM. E-mail: lourinhaamarall@hotmail.com.br.

Mário Luiz Farias Cavalcanti: Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Biológicas (DCB) do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2002), mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: mariolfcavalcanti@yahoo.com.br

Raimunda Aureniza Feitosa: Mestranda em Ciências da Educação Pela Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias; Pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina e em Planejamento e Política Educacional pela Universidade Regional do Cariri. Graduada em História pela Faculdade de Filosofia do Crato e em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri . Professora plena 1concurasada - Secretária da Educação Básica do Ceará -tem experiência na área de educação nível superior, com ênfase em Gestão Escolar, Currículo, atuando com os temas: Fundamentos e Métodos da Educação Escolar; Sociologia Geral; Psicologia da Educação; Políticas Públicas em Educação. E-mail para contato:aure09@hotmail.com

Raquel Francisca da Silveira: Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (2016); Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2009); Especialista em Metodologia de Ensino na Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá, em convênio com o Instituto Específico de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação (2013); Técnica em Assuntos Educacionais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: raquel.silveira@ifto.edu.br

Raqueline Castro de Sousa Sampaio: Pedagoga no Instituto Federal do Piauí - Campus Paulistana. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (2003). Especialização em Língua Portuguesa e Arte - Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2007); Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Piauí (2012) e Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Rural do Pernambuco - UFRPE (2016). Email: raquelinecastro@hotmail.com

Regina Célia Moreth Bragança: PROFESSORA ASSOCIADA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; Coordenadora de Educação a Distância na CEAD – UFF; Coordenadora da disciplina LIBRAS para todos os alunos de licenciatura da UFF; Graduação em Matemática pela Universidade Federal Fluminense; Mestrado em Matemática pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Remerson Russel Martins: Doutor (2014), Mestre (2008) e Graduado (2006) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Rodrigo Rafael Maia: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. E-mail: rodrigomaia_ufpb@hotmail.com

Ronaldo dos Santos Barbosa Professor Assistente do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Vice-Líder do Grupo de Pesquisa: Dinâmica Ambiental, Educacional e Econômica (DAEE-UEMA), atuando nas linhas de pesquisa: Cartografia Escolar e Ensino de Geografia; Planejamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos. Membro do Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (GPS-UEMASUL), atuando na linha de pesquisa: Linguagem Cartográfica e Educação Geográfica. E-mail: ronaldobarbosa12@gmail.com

Rosana de Oliveira Sá: Professora Efetiva de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. Especialização em Língua Inglesa e Literatura Anglo-Americana pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail para contato: sa.rosana@hotmail.com

Severino Joaquim Correia Neto: Graduação em Administração pela universidade Candido Mendes (2001), Processos Gerencias (2007), Graduado em Filosofia pela FAUERP (2016), Mestre em Sistema de Gestão área de Conferencia Recursos

Hídricos pela Universidade Federal Fluminense (2009) , Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Americana – UA PY (2016) e Pós Doutor em Educação pela universidade Ibero Americana UNIBE – PY. Trabalhou durante vinte anos na indústria petrolífera onshore e offshore na área de QHSE, atualmente é Diretor de Relações Institucionais do IFF Campus Macaé, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior (Engenharia de Controle de Automação).Palestrante Motivacional e Conferencista

Tereza Cristina Nascimento Machado: Administradora da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Administração pelo Centro Universitário Plínio Leite. MBA em Marketing Empresarial pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Humanidades e Artes com menção em Educação pela Universidade Nacional de Rosario (Argentina). E-mail: terezamazeli@hotmail.com

Ubiratan Barbosa da Silva: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: biragft@gmail.com

Vagner Santos da Silva: Graduando em Licenciatura em Ciência da Computação – (LCC) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); vinculado ao e-mail: anael.batista@dcx.ufpb.br

Vitor Yoshihara Miano: Professor do IF Fluminense no Campus Macaé na graduação em Engenharia de Controle e Automação e nos cursos técnicos de Eletromecânica e Eletrônica. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Inovação, Pesquisa e Extensão do campus, desde 2016. Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente de 2014 a 2016. Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Fluminense de 2016 até o momento atual. Graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Administração pela UFF na linha de pesquisa "Estado, Organizações e Sociedade" com titulação obtida em 2013. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Programa de Estudos em Reforma do Estado e Governança do PPGAD/ UFF e do Núcleo de Tecnologia, Trabalho e Meio ambiente: Efeitos sociais, históricos e jurídicos em uma sociedade globalizada do IF Fluminense.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-75-2

